

Produção cultural internacional: desafios da cultura livre

Autores:

Fernando Amorim Silva, Jorge Luis Lopez Carrasco, Plinio Vinicius Alves dos Santos, Thiago Melo Santos, Victor Camilo Gonçalves. Turma OL1.

Resumo:

A cultura livre é um movimento social que busca a liberdade de produção e edição de obras criativas com licença livre. Este artigo tem como objetivo discutir as implicações desse tipo de licença na produção cultural e como as diferentes restrições de ordem autoral ou de censura podem influenciá-la. Foram realizadas análise bibliográfica, pesquisa midiática, discussões entre os autores e reflexões sobre o tema. Baseado nessa metodologia, encontrou-se forte relação entre o avanço cultural e científico com a licença livre – como a utilização de programas gratuitos no ensino superior – além da influência da filosofia da cultura livre no ativismo cibernético, ligado à luta contra a censura da internet em eventos como a Primavera Árabe.

Palavras-chave:

Cultura livre; Liberdade; Direitos autorais, Censura; Licença

Introdução:

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação entre a filosofia da *cultura livre*, o desenvolvimento cultural que ela permite e suas implicações do ponto de vista global. A *cultura livre* prevê a livre distribuição de obras científico-culturais, considerando que a liberdade para a leitura, percepção, edição e distribuição de material produzido é um fator de fomento para a produção em si. Desse modo, é intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento cultural global e a movimentos de luta contra a censura – que consideram a liberdade de expressão e recebimento de informação *online* um dos pilares da democracia moderna.

A análise foi baseada principalmente na leitura de material jornalístico relacionado à *Primavera Árabe*, utilizada como exemplo principal para a relevância do ativismo cibernético no século XXI, estabelecendo relações com os preceitos da licença livre. Além disso, foram utilizadas as experiências pessoais dos autores, todos estudantes de Engenharia Química e que tem que lidar diariamente com softwares de diversos tipos de licença.

Dos fatos:

Cultura Livre:

A *cultura livre* é um movimento social que busca a diminuição das restrições impostas a obras culturais, científicas e tecnológicas através da criação de licenças autorais com diversas condições de distribuição, que permitem, de acordo com o desejo do autor, a liberação da cópia, edição, distribuição e citação, com o objetivo de estimular a troca cultural e intelectual entre autores e permitir o avanço criativo, mas garantindo a autoria.

Os softwares de licença livre fazem parte do cotidiano de boa parte dos estudantes universitários, principalmente daqueles que trabalham nas áreas exatas. São utilizados na análise estatística de dados, na modelagem de fenômenos – de nanopartículas liberando medicamentos a fluxo de fluidos em tubulações – na programação de rotinas matemáticas em computadores ou no desenvolvimento de sistemas automáticos de controle; sendo exemplos *Graph*, *SciLab*, etc. Mesmo fora da área matemática é fácil encontrar outras aplicações, como programas de edição de fotografias, *web design* e navegadores; tais como *Gimp* e *Mozilla*.

Sem as licenças livres, o acesso às funções desses softwares seria muito mais restrito e exigiria desvio de investimento monetário de outras áreas para a compra de programas. Consequências óbvias disso seriam a diminuição da produção de artistas amadores ou iniciantes que não tem condição de pagar por um programa completo e que acabariam recorrendo à pirataria; além da utilização de uma enorme soma de dinheiro pelas universidades, ou pelos alunos, para a instalação de softwares usados como base para disciplinas. Um caso marcante é a disciplina de *Programação de Computadores* oferecida pela Universidade Federal de Minas Gerais e que utiliza o *SciLab*. O mesmo vale para a louvável iniciativa do Governo Federal brasileiro de disponibilizar obras literárias e audiovisuais no site Domínio Público, www.dominiopublico.gov.br, que podem ser utilizadas tanto para estudo quanto para fonte de inspiração em novas produções culturais.

Mas o movimento pela possibilidade de se criar, distribuir e editar obras não ficou restrito somente as licenças autorais comerciais: juntamente com a filosofia da cultura livre, que levou ao desenvolvimento da licença livre e dos softwares citados, cresceu a busca pela liberdade na distribuição de informação em si, e não só de trabalhos completos. Essa busca por dispersão de conhecimento – seja cultural, científico, político, social ou econômico – culminou na luta contra a censura online,

especialmente referente a projetos de leis como SOPA e PIPA, e cujas formas de atuação estão variando de protestos pacíficos em redes sociais até ataques a sistemas de bancos, centros de defesa ou sites governamentais.

O site *Wikileaks* é provavelmente aquele que mais tem levado aos holofotes a questão da liberdade de distribuição da informação. Já é fato conhecido internacionalmente seu poder de influenciar as relações diplomáticas entre as diversas nações, principalmente com os Estados Unidos da América, através do vazamento de documentos diplomáticos, relatórios de multinacionais ou outros dados confidenciais geralmente de cunho político e econômico, tais como a análise da corrupção do governo da Tunísia feita pelo embaixador Robert Godec em Julho de 2009, apresentada por Ian Black, em sua reportagem *WikiLeaks cables: Tunisia blocks site reporting 'hatred' of first lady* para o jornal *The Guardian* – fato esse que ficou conhecido como parte do estopim da onda de protestos que assolou o país no final de 2010 e início de 2011, parte do evento maior, a *Primavera Árabe*.

Primavera Árabe:

Em sua reportagem *Thousands in Yemen Protest Against the Government*, para o site do *The New York Times*, os correspondentes Nada Bakri, escrevendo de Beirut, e J. David Goodman, de New York, dizem: “Unlike Tunisia and Egypt, relatively stable countries with substantial middle classes and broad access to the Internet, Yemen is among the poorest countries in the Middle East.”, traduzido livremente para “Diferentemente da Tunísia e do Egito, países relativamente estáveis com uma classe média substancial e amplo acesso à internet, o Iêmen está entre os países mais pobres do Oriente Médio.”

Por que relacionar um evento político com o acesso da população à internet? A resposta para esta questão está relacionada diretamente com essa nova forma de protesto desenvolvida nos últimos anos e que teve seu ápice durante 2010, 2011 e 2012: o ativismo cibernético.

A *Primavera Árabe*, como ficou conhecida a onda de manifestações pela democracia ocorrida entre 2010 e 2011 no Oriente Médio e Norte da África, é a demonstração clara dos novos poderes ativistas das redes sociais e da internet como um todo. Os protestos que ocorreram em países como o Egito tiveram organização por redes sociais, além da divulgação de vídeos, fotos e textos produzidos pelos habitantes e que foram responsáveis por chamar a atenção não só da comunidade internacional, mas também de boa parte da mídia global, para o cerceamento de

direitos individuais estabelecidos pelos regimes autoritários do Egito, Tunísia, Iêmen, Líbia, etc. A importância da internet nos protestos foi tanta, que em 27 de janeiro de 2011, o governo egípcio chegou a retirar o acesso à internet de todo o país, que só voltou a ser reestabelecido cinco dias depois, segundo Dainotte et al. (2011).

O ativismo cibernético não mais se resume ao protesto contra a censura da rede global de computadores, mas também se tornou parte essencial do processo contemporâneo de luta pelo Estado individualista, que estabelece os direitos individuais como inalienáveis. A disseminação de informação pela internet transformou-a em um centro provedor de ideias o qual permite a percepção dos anacronismos dos estados antidemocráticos autocráticos do Oriente Médio. É uma nova arma para uma luta antiga.

Conclusão:

A filosofia da cultura livre tem se mostrado parte essencial da produção de conhecimento científico e cultural e suas ramificações chegam até o ativismo cibernético e à luta internacional pela democracia. A internet, enquanto usada como ferramenta de produção e de protesto civil pacífico, é absolutamente legítima. Entretanto, ataques que ferem a legislação governamental, mesmo que bem intencionados, são ainda atos criminosos. A censura, mesmo que disfarçada na forma de leis como SOPA, é também um ataque aos direitos individuais. A solução parece estar na garantia da liberdade de expressão, produção, edição e distribuição, assim como prevê a cultura livre, pela legislação e pelo governo, de modo a eliminar, ou pelo menos reduzir, tanto os ataques quanto as tentativas de censura.

Referências Bibliográficas:

BAKRI, N.; GOODMAN, J. D. Thousands in Yemen Protest Against the Government. *The New York Times*. 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/01/28/world/middleeast/28yemen.html>> Acesso em 08 mai. 2012.

DAINOTTI, A.; SQUARCELLA, C.; ABEN, E.; CLAFFY, K. C.; CHIESA, M.; RUSSO, M.; PESCAPÉ, A. *Analysis of Country-wide Internet Outages Caused by Censorship*. 2011. Disponível em: <http://www.caida.org/publications/papers/2011/outages_censorship/outages_censorship.pdf> Acesso em: 14 mai. 2012

BLACK, I.; WikiLeaks cables: Tunisia blocks site reporting 'hatred' of first lady. *The Guardian*. 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2010/dec/07/wikileaks-tunisia-first-lady>> Acesso em: 14 mai. 2012.